



Sobre as “atualizações” salariais na SCML

Em dezembro de 2024, os sindicatos que compõem esta Comissão Negociadora Sindical (CNS) entregaram o Caderno Reivindicativo para 2025 ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), no qual, entre outras, constavam as seguintes reivindicações:

- Revisão do AE: nomeadamente no que diz respeito à eliminação de níveis na tabela salarial;
- Aumentos salariais para todos os trabalhadores de 15%, no mínimo 150€ com efeitos a de janeiro de 2025;
- Aumento do 1.º nível de ingresso para 1000€ e repercussão proporcional para todos os trabalhadores;
- Progressão ordinária em 2025, de acordo com o a Cláusula 81.ª, ponto 2 do AE, recusando-se qualquer mecanismo de progressões extraordinárias;
- Atualização do subsídio de refeição para 10,50€;
- Contagem do tempo integral de serviço prestado para efeitos de posicionamento na tabela remuneratória.

A CNS exigiu que houvesse uma revisão da tabela salarial, na qual se verificasse um aumento proporcional em todos os níveis com a aplicação do aumento do salário mínimo nacional para os 870€, em janeiro de 2025.

Numa primeira fase, a SCML respondeu que propunha aumentar o Salário Mínimo na instituição, de forma faseada, até final de 2025; aumentar o nível de ingresso na SCML do Técnico Superior para o nível 11 da tabela remuneratória; e garantir o processo ordinário de progressão com efeitos a 1 de novembro de 2025, para todos aqueles que contabilizassem 3 anos de antiguidade no nível anterior.

Os sindicatos argumentaram que as negociações não poderiam continuar sem negociar, primeiramente, atualização da tabela salarial e, quanto à progressão ordinária em 2025, foi considerado que os efeitos deverão ser a abril, como está no AE.

A posição final e única da SCML foi a de propor uma atualização salarial de 2,4%, com efeitos a abril do corrente ano, uma vez que a produção de efeitos em mês anterior não é comportável.

De igual modo, os efeitos da progressão ordinária terão de ser reportados ao mês de novembro de 2025, abrangendo todos os trabalhadores com vínculo privado à SCML, excluindo-se os que foram alvo de reposicionamento na sequência do processo de valorização e reenquadramento previsto na Cláusula 82.ª dos AE de 2024.

Posto isto, apesar da proposta apresentada ser manifestamente insuficiente e desajustada ao apresentado e ao que seria justo para os trabalhadores, todavia, esta é uma atualização salarial que os Sindicatos aceitaram, pois permite alguma valorização dos ordenados.

No entanto, realçamos, **foi devido às sucessivas políticas de gestão de recursos humanos da SCML que fizeram com que, em novembro de 2023, antes da entrada em vigor do AE de 2024, cerca de 1/3 dos trabalhadores da SCML recebessem 760€, independentemente dos anos de serviço prestados, quer fosse com 1 mês, quer com 30 anos de serviço.**

A entrada em vigor do AE veio corrigir um pouco essa situação, mas cerca de 18 meses depois, o cenário repete-se novamente.

Para além disso, o desbloqueio das progressões em novembro de 2025 não vem corrigir o facto da grande maioria dos trabalhadores terem o seu direito à progressão e desenvolvimento profissional congelado desde 2017 e 2019.

Assim como, subsistem matérias que urge serem negociadas com tempo, como a discussão sobre a recuperação de tempo de serviço prestado, nunca valorizado para efeitos de carreira ou, entre outros, a eliminação de níveis da estrutura remuneratória evitando que a maioria dos trabalhadores nunca chegue ao topo, os Sindicatos retomarão as negociações no final de maio.

Continuamos a defender que, não foram os trabalhadores que decidiram as opções de gestão e os investimentos que conduziram à situação atual financeira e social da SCML, mas foram os trabalhadores os primeiros a fazer o que podiam para fazer frente às várias crises que assolaram a instituição e o país.

Não podem continuamente, os trabalhadores a ver os seus salários a valerem cada vez menos ou a verem as suas condições de trabalho a agravarem-se cada vez mais.

Não podem ser os mesmos de sempre, os trabalhadores, a pagar os erros e opções de gestão da instituição.

Exigimos uma administração que priorize os trabalhadores, são eles que assumem a Missão da SCML diariamente.